

Entre religião e política: As estratégias de legitimação de campanhas femininas no interior do Cariri cearense¹

Antônia Eudivania de Oliveira silva – URCA/CE

Palavras-chaves: Gênero; Política; Legitimidade.

Venho defendendo a ideia de que a experiência de mulheres para se tornarem primeiras-damas, e o consequente exercício dessa função, lhes proporciona uma compreensão maior do jogo político, especialmente o local, permitindo-lhes estratégias de negociações com esse contexto a fim de galgarem e reiterarem outros espaços políticos de ação, como o de chefe político do município. E ao apreenderem regras e limites desse jogo, elas ganham outras possibilidades de enfrentamento.

E é nesse contexto que começo a vislumbrar as figuras das mulheres primeiras-damas como relações de poder e gênero relevantes para a compreensão do lugar da mulher na política. Para Isabel Amaral (2016), traçar esse tipo de relação tornou-se comum, sobretudo, a partir do século XX, quando a figura da primeira-dama despontou como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços aonde ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “melhores entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher. Nesse sentido, a figura da primeira-dama estaria relacionada diretamente a uma “identidade de gênero”, na qual à mulher caberiam as atividades de cuidado. Aqui, os discursos sobre a feminilidade da mulher, interpretada como disposição para servir aos outros, vocação para doação e bondade, ganha maior visibilidade quando se torna mulher de um governante e passa a ser requisitada como suporte às ações do marido.

Diante desse contexto, me proponho nesse texto a tensionar a suposta identidade de gênero fixo a partir de um entendimento do gênero enquanto plural, que supõe a problematização entre gênero e subjetividade, perpassada por um entendimento do “corpo

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

como um significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos” (BENTO, 2014, p. 95). Acredito que a ideia do múltiplo e da desnaturalização dos gêneros ganha espaço nesse contexto, especificamente, quando se complexifica o campo de pesquisa da política formal (entendendo essa política como aquela que dá direito a governabilidade) com a entrada das primeiras-damas na disputa eleitoral, pois aqui o caráter performativo das identidades de gênero se destaca diante dos rituais eleitorais. Irllys Barreira (2008) afirma que uma campanha eleitoral, circunstância legítima de competição envolvendo o uso de imagens, faz florescer, de modo complexo, valores cotidianos e papéis sociais parcialmente aparentes, no qual se permite detectar tendências ou situações inusitadas que presidem as escolhas de candidatos ou candidatas.

Etnografando estratégias

No dia 13 de junho de 2016 (período anterior a Pandemia de COVID-19), dia de Santo Antônio, o Padroeiro de várias cidades e Igrejas Católicas do Cariri, acontece uma festa religiosa tradicional. Esse é o último dia de novenas para o santo casamenteiro, e como não poderia ser diferente, os representantes políticos comparecem massivamente a esse tipo de evento, pois costuma reunir grande parte da comunidade. Estive em uma dessas cidades, tentando acompanhar outras atividades, não só políticas, mas que também demarcam posições para esse campo; nesse tipo de evento, os pretendentes a cargos eletivos se apresentam, conversam com o povo e “fazem palanque”. Esse município passava por um momento interessante, pois o atual prefeito teve seu mandato cassado e era necessário reorganizar as forças, e isso dependia de uma disputa interna nos partidos e grupos políticos, e o resultado seria a escolha de seus candidatos às eleições que se aproximavam.

No grupo da administração, o vice-prefeito queria ser o líder de chapa. É quase consenso, que quando acaba o mandato do prefeito, este deve apoiar o vice na conquista por seu cargo; o presidente da câmara de vereadores, também, queria o cargo (ele havia ficado na função de prefeito enquanto o processo de cassação se desenrolava por cerca de oito meses, o que fez com que ele se projetasse enquanto administrador). A primeira-dama ganhou muita visibilidade durante o processo de cassação, já que representou a prefeitura na ausência do marido e passou a se posicionar mais

politicamente; segundo um morador com quem falei, “ela arrumou até briga com um povo aí, que na hora do aperto, não apoiou a família dela”. Era como se o tempo dessa família tivesse acabado antes da hora, ainda era o primeiro mandato, e como eles só tinham filhos pequenos, a responsabilidade era dela de manter a família nas estruturas de poder local. Ela também queria ser prefeita.

Lá, um dos grandes eventos da cidade, é a missa no dia 13 de junho, que culmina em uma grande procissão pela cidade (ver imagem na folha de anexo III). A igreja, com sua lotação máxima, começava a organizar a marcha religiosa. Já no campo da política, acirrava-se a discussão sobre quem seria o candidato apoiado pela atual gestão uma vez que o tempo das convenções batia à porta. Voltando para a procissão, é comum o andor (uma estrutura de madeira com quatro alças e um centro adornado de flores onde o santo padroeiro é colocado para ser adorado enquanto passa pelas ruas) de Santo Antônio ser carregado por seus representantes políticos, os homens carregam o andor enquanto as mulheres seguem próximas ao padre da capela entoando cânticos, mas nesse dia, todos tivemos uma surpresa.

Quando o andor foi partir em procissão, a primeira-dama tomou a frente do marido, não mais prefeito, e colocou uma das alças do andor no ombro, sendo a primeira mulher na cidade a carregar Santo Antônio nas costas. Os presentes ficaram meio espantados, tentando entender do que se tratava, até que um senhor explicou a situação, gritando: essa é minha prefeita! Algumas pessoas aplaudiram, ela sorriu, e todos entenderam e reconheceram, naquele momento, que ela era candidata a prefeita. A primeira mulher da cidade a tentar carregar o município nas costas.

Ao vislumbrar esse quadro, parece-me que só, quando essas mulheres transbordam o enquadramento de primeira-dama, lhes é possibilitado o reconhecimento para se tornarem candidatas. Falo aqui em candidata, pois ser uma concorrente trata-se de uma longa caminhada. Conseguir candidatar-se a esses cargos eletivos, em um país onde se frauda até o número de candidatos de uma coligação, já implica uma série de construção/desconstrução, de uma série de molduras em torno do que se entende por feminino, por isso que essas candidaturas não são silenciosas. Ao invés disso, elas ritualizam suas entradas, comemorando tanto a capacidade de “romper barreiras”, quanto a capacidade de serem reconhecidas para a função, resultado dos preconceitos historicamente construídos que associavam negativamente o gênero feminino e o desempenho político.

Os atributos ‘naturais’ eram/são, no entanto, reveladores de papéis portadores de qualidades consideradas positivas ou negativas para o desempenho das funções políticas. Sendo assim, a longa interdição feita às mulheres para participar da atividade política, supunha a supremacia do papel doméstico sobre os demais, o que as tornava incapazes para o exercício das funções públicas (BARREIRA, 1998, p: 105).

As candidatas refletem a assertiva de Barreira ao relatarem como as exigências para exercerem o cargo parecem ser mais rígidas para elas, e/ou têm conotações diferenciadas entre eles. A experiência com as famílias durante as campanhas são um exemplo disso. É possível entender a família, como uma instituição importante em qualquer campanha e para todos os candidatos, mas para uma mulher se torna imprescindível. Por exemplo, o fato de o marido não as acompanhar nos comícios/reuniões levanta suspeitas aos eleitores sobre o apoio do marido a suas candidaturas.

Na segunda vez, já virou motivo para desconfiança. Ele não foi uma vez porque estava doente, besteira, eu não fui para alguns eventos e nem por isso o mundo se acabou. Mas aí, ele teve que ir resolver umas coisas da família dele em Crateús e não deu tempo voltar. Começaram a dizer que nem ele me queria como prefeita, disseram que nem minha família me apoiava, como é que eu ia querer o apoio dos outros? É como se não botassem fé em mim sozinha, se ele não estivesse lá, o povo não me deixava em paz. Minha filha, a verdade é que é cada absurdo que a gente escuta. Isso nunca aconteceria com ele (primeira-dama de Jati em fevereiro de 2018).

Irlyz Barreira (1998, p: 105)) já havia alertado para o fato de que uma “candidata é alguém que deve ser submetido à prova da competência” e tudo acerca dessa mulher estaria sob vigilância. A autora discute a ideia de que toda estrutura política possui regras variáveis, referentes a qualidades consideradas necessárias para que alguém desempenhe um papel político, são qualidades que incluem atributos considerados naturais como, gênero, idade e cor, ao lado de outras relativas a experiência política, riqueza e educação. Os atributos “naturais” são, no entanto, reveladores de papéis portadores de qualidades consideradas positivas ou negativas para o desempenho de funções políticas. Sendo assim, a interdição feita às mulheres para participar da vida política, supunha para

as mulheres a supremacia do seu papel doméstico sobre os demais, o que as tornava impróprias para as atividades políticas.

Veja como é complicado uma campanha para uma mulher, escute. Quando era meu marido, via ele entrando nas festas, em bares, ele subia em mesa e gritava: essa rodada é por minha conta! Todo mundo: aêee, aplaudiam, abraçavam ele. Aí eu fui e fiz a mesma coisa, como eu tinha visto e aprendi. Estava acontecendo um leilão no distrito aí fiquei rodeada de gente, subi numa cadeira e mandei liberar uma rodada de cerveja para todo mundo, uns gritaram, bateram palmas, mas um dos meus assessores, me puxou no canto e perguntou se eu estava doida, porque aquilo só funcionava em campanha com homem. Eu fiquei uns dias matutando aquilo, e é verdade que algumas pessoas acharam estranho, mas a maioria achou foi bom, e eu continuei fazendo. Podem dizer que não é coisa de mulher, tô nem aí, dizem que política não era coisa de mulher há um tempo aí, e eu tô fazendo também (primeira-dama de Araripe em abril de 2018).

Compreendo, a partir dessas falas, que essas candidaturas estavam marcadas por performances que reiteravam, ora valores apreendidos como tradicionalmente femininos, ora como rupturas com esse quadro cristalizado do que é ser mulher. Assim, tínhamos nessas campanhas uma única candidata que se apresentava como o coração da família, enquanto o marido era a cabeça, e em outro momento, dizia que a transformação daquela cidade se daria quando uma “mulher livre de amarras” assumisse a administração da Prefeitura.

Nesse ponto, é possível refletir sobre como essas candidaturas se tornaram inteligíveis e reconhecidas como uma possibilidade viável em um campo em que a pouco as proibia veementemente e/ou sequer apreendia o seu não reconhecimento. Para uma melhor compreensão, lanço mão da distinção feita por Butler (2000) entre ‘apreender’ e ‘reconhecer’. Para a autora, reconhecimento é o termo forte, derivado de textos hegelianos e sujeito a revisões críticas. Apreensão é menos preciso, já que segundo a autora, pode implicar marcar, registrar ou reconhecer sem pleno conhecimento. Se é uma forma de conhecimento está associada com o sentir e o perceber.

O que somos capazes de apreender é, sem dúvida, facilitado pelas normas do reconhecimento, mas seria um erro dizer que estamos completamente limitados pelas normas de reconhecimento quando apreendemos uma vida. Podemos apreender, por exemplo, que alguma coisa não é reconhecida pelo reconhecimento. O fato é que não recorremos simplesmente a normas de reconhecimento única e distintas, mas também a condições mais gerais, historicamente articuladas e reforçadas, de ‘condição de ser reconhecido’ (BUTLER, 2000, p: 18-19).

A partir dessa distinção, Butler (2000, p. 17) infere que “os ‘enquadramentos’ que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos, não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito”. Para a autora, a condição de ser reconhecido caracterizaria desse modo, um conjunto de condições que preparam e modelam um sujeito para esse reconhecimento. Em Butler, as categorias, convenções e normas que transformam esse ser vivo em um sujeito reconhecido, precedem o ato do reconhecimento em si, fazendo com que a condição de ser reconhecido seja anterior ao próprio reconhecimento.

No Cariri, a busca por uma construção/desconstrução da região enquanto berço de valores tradicionais “atrasados”, machista e antidemocrático, corroboram com o reconhecimento de candidaturas que se apresentariam como ruptura de um “nordeste” que não se pretende mais. Para Irllyz Barreira (1998, 112-113), a possibilidade de vitória de uma mulher nas eleições do Ceará oferecia pontos importantes à reflexão, “porque expressava com maior rigor um contraponto a todos os valores que se associavam ao coronelismo, rigidez, autoritarismo e clientelismo”.

Assim, o reconhecimento de performances femininas como legítima ao campo político é propiciado por um tempo de busca por ruptura e renovação das forças político/sociais locais.

Por hora, talvez seja oportuno refletir sobre a diferenciação proposta por Sônia Alvarez (1998) entre o campo da política e o campo do político. Para a autora o campo da política circunscreve a esfera da política clássica, ou seja, das instituições políticas, dos partidos, dos campos de representação política e dos espaços de atuação. O campo do político teria um sentido mais amplo, pois esse remete ao cultural, ao simbólico e às relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram mutuamente e

continuamente. Para Barreira (1998), enfatizar o campo do político é uma tentativa de trazer à tona um “conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais”.

Enfim, tensionar performances femininas em disputa no contexto do campo do político no Cariri cearense, partindo de mulheres em campanhas não só enquanto postulantes a cargos eletivos do executivo, mas sobretudo a partir do lugar de primeiras-damas, nos apresenta, que esse lugar específico dado às mulheres tem significado quase estruturante para compreensão do campo do político e por conseguinte da política. Não podemos esquecer que desde Joan Scott (1995) a disputa por poder se traduz numa espécie de contenção das possibilidades metafóricas, dos símbolos representativos das diferenças percebidas que define, legítima e dota de sentido o conjunto social.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Isabel. **Primeira dama, o que é?** Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos913/primeira-dama/primeira-dama2.shtml>. Acesso em: 15 out. 2016.

ALVAREZ, Sônia E. Feminismos latino-americanos. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.

BARREIRA, Irllys. A. F. **Chuva de Papéis** - Ritos e Símbolos de Campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1998.

_____. **Imagens ritualizadas**: apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2008.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal, Rio grande do Norte: EDUFRN, 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, V. 16n. 2, 1995.